



**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 013/2026
CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 001/2026**

EDITAL

Dispõe sobre a tomada de propostas de interessados para a exploração do Ginásio Municipal de Esportes Heitor Judas Tadeu Detoni, quadra de esportes e acessórios, serviços de bar e assemelhados, sob regime de cessão de uso.

ANDERSON FERNANDO BAGATINI, Prefeito Municipal de Barra do Rio Azul, Estado do Rio Grande do Sul, FAÇO SABER, para conhecimento dos interessados, que no próximo **dia 25 de fevereiro ano de 2026, às 09:00 horas, na Sala das Licitações da Prefeitura Municipal**, serão recebidas as propostas em concorrência de interessados para a exploração do Ginásio Municipal de Esportes, quadra de esportes e acessórios, serviços de bar e assemelhados, sob regime de cessão de uso.

1 – DO OBJETO

1.1. O presente edital tem por objeto a cessão para a exploração do bem público, denominado de Ginásio Municipal de Esportes Heitor Judas Tadeu Detoni, consistente na quadra de esportes e acessórios, serviços de bar e assemelhados.

1.2. O licitante deverá apresentar-se, para credenciamento junto ao agente de contratação, diretamente, por meio de seu representante legal, ou através de procurador regularmente constituído, que devidamente identificado e credenciado, será o único admitido a intervir no procedimento licitatório, no interesse da representada.

1.3. Somente será permitida a participação na presente licitação de pessoas jurídicas.

1.4. Ficarão a cargo do licitante vencedor as despesas com a instalação do bar com



o mínimo necessário para o bom funcionamento (mesas, cadeiras, balcões, geladeira, freezer, fogões, louças, etc.), devendo adquirir e instalar com recursos próprios (às suas expensas).

1.5. A conservação e manutenção, bem como a limpeza das instalações do Ginásio Municipal, objeto da Concessão, como sendo quadra e dependências, copa, cozinha, banheiros e churrasqueira, em perfeito estado, para servir ao uso a que se destina, correrão por conta e expensas do licitante vencedor.

1.6. O Município se reserva o direito de utilizar o referido imóvel para atividades culturais, educativas, sociais e outras, sejam elas promovidas ou nas quais o Município tenha participação na organização, devendo tão somente o Município comunicar ao Permissionário com antecedência mínima de 01 (um) dia útil.

1.7. O valor para locação dos jogos será de, no máximo, R\$ 40,00 (quarenta reais) por hora/jogo noturna e R\$ 20,00 (vinte reais) por hora/jogo diurna, sendo vedada a cobrança de qualquer outra taxa relacionada com a prática do esporte.

2 - DO CREDENCIAMENTO

2.1. O credenciamento far-se-á por um dos seguintes meios:

2.1.1. Se representada diretamente, por meio de dirigente, proprietário, sócio ou assemelhado, deverá apresentar:

2.1.1.1. Cópia do respectivo ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado;

2.1.1.2. Documento de eleição de seus administradores, em se tratando de sociedade comercial ou de sociedade por ações;

2.1.1.3. Inscrição do ato constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício, no caso de sociedade civil;

2.1.1.4. Decreto de autorização, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame, em se tratando de empresa ou sociedade



estrangeira em funcionamento no País;

2.1.1.5. Registro Comercial, se empresa individual.

2.1.2. Se representada por procurador, deverá apresentar:

2.1.2.1. Instrumento público ou particular de procuração, este com a firma do outorgante reconhecida em Cartório em que conste no mínimo o nome da empresa outorgante e de todas as pessoas com poderes para a outorga de procuração, o nome do outorgado e a indicação de amplos poderes para dar lance(s) em licitação pública; devendo igualmente identificar-se exibindo a carteira de identidade ou outro documento equivalente; ou

2.1.2.2. Carta de credenciamento outorgado pelos representantes legais da licitante, com firma reconhecida em Cartório comprovando a existência dos necessários poderes para formulação de propostas e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame, devendo igualmente identificar-se exibindo a carteira de identidade ou outro documento equivalente.

Observação 1: Em ambos os casos o instrumento de mandato deverá estar acompanhado do ato de investidura do outorgante como representante legal da empresa.

Observação 2: Caso o contrato social ou o estatuto determinem que mais de uma pessoa deva assinar a carta de credenciamento para o representante da empresa, a falta de qualquer uma invalida o documento para os fins deste procedimento licitatório.

2.2. Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração ou de instrumento particular com firma reconhecida, poderá representar mais de uma empresa no presente certame, sob pena de exclusão sumária das representadas.

2.3. Os documentos acima referidos poderão ser apresentados no original ou por qualquer processo de cópia reprográfica autenticada por cartório competente, por servidor da Administração Pública do Município de Barra do Rio Azul/RS ou pela publicação em órgão da imprensa oficial, sendo retidos pelo agente de contratação para oportuna juntada ao processo administrativo pertinente a presente licitação.

2.4. O representante da licitante que não se credenciar perante o Agente de



Contratação ficará impedido de participar da fase competitiva, de declarar a intenção de interpor recurso, de renunciar ao direito de interposição de recursos, enfim, para representar a licitante durante a reunião de abertura dos envelopes “Proposta” ou “Documentação” relativos a este certame.

2.5. A documentação referente ao credenciamento de que trata o item 2.1. e subitens deverão ser apresentadas fora dos envelopes.

3 - DO RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES

3.1. A PROPOSTA e os DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO deverão ser apresentados no dia, hora e local designado para a realização da Concorrência, quando assim solicitado pelo Agente de Contratação, em invólucros separados, indevassáveis, lacrados e rubricados no fecho, que deverão conter os seguintes dizeres em sua face externa:

ENVELOPE Nº 1 - PROPOSTA CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 001/2026

DATA E HORA DE ABERTURA

RAZÃO SOCIAL, CNPJ E ENDEREÇO COMPLETO DO LICITANTE

ENVELOPE Nº 2 - DOCUMENTOS HABILITAÇÃO CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 001/2026

DATA E HORA DE ABERTURA

RAZÃO SOCIAL, CNPJ E ENDEREÇO COMPLETO DO LICITANTE

3.2. Uma vez encerrado o prazo para a entrega dos envelopes acima referidos, não será aceita a participação de nenhum licitante retardatário.

4 - DAS PROPOSTAS E SUA ABERTURA

4.1. A proposta será apresentada em papel timbrado da Empresa (ou com carimbo oficial), datada, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, suas folhas devem estar sequencialmente numeradas e rubricadas, sendo a última assinada pelo seu representante legal, nome da proponente, número do CNPJ da Empresa, número de telefone, e-mail,



endereço com CEP. Deve ser elaborada de forma firme e precisa limitada rigorosamente ao objeto deste instrumento, sem conter alternativas ou de qualquer outra condição que induza o julgamento ter mais de um resultado.

4.1.1. A proposta consiste na declaração do licitante de plena ciência a o inteiro teor deste edital, de que tem condições de executar o objeto do mesmo e que se submete a todos os seus termos.

4.2. Declarar expressamente ainda que:

4.2.1. Assumirá inteira responsabilidade pela efetiva exploração do local objeto deste certame e efetuará de acordo com as especificações e instruções deste Edital e seus anexos, e que o mesmo deverá estar adequado à legislação vigente;

4.2.2. De que sua proposta comercial comprehende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme disposto no parágrafo § 1º art. 63º da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

4.2.3. A não apresentação das declarações mencionadas acima ensejará na desclassificação do licitante.

4.3. Caso os prazos estabelecidos neste Edital não estejam expressamente indicados na proposta, os mesmos serão considerados como aceitos de forma tácita, para efeitos de julgamento.

4.4. Não serão aceitos, em hipótese alguma, vantagens não previstas neste Edital.

5 - DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

5.1. O certame realizar-se-á de acordo com a legislação vigente, as disposições já consignadas no presente e as que seguem:

5.1.1. A sessão para recebimento e para abertura dos envelopes contendo a Proposta de interesse do licitante e os documentos que a instruirão, será pública, dirigida por um agente de contratação e ou comissão de contratação e realizada de acordo com a



Lei Federal nº 14.133/2021 e em conformidade com este Edital e seus Anexos, será realizada no local, data e horário indicados no preâmbulo deste Edital;

5.1.2. Declarada aberta a sessão pública da concorrência, serão convidados os representantes das empresas que se fizerem presentes para apresentarem junto à mesa os documentos necessários ao credenciamento e/ou representação, na forma deste edital, os quais poderão ser vistos e conferidos por todos os participantes e, necessariamente, rubricados;

5.1.3. Em seguida serão anunciados os interessados, pessoas jurídicas, legalmente representadas, devendo tais empresas efetuar a entrega dos envelopes com as propostas e de documentos para habilitação, apresentados na forma deste edital;

5.1.4. Após a entrega dos envelopes não cabe desistência de proposta, salvo motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo agente de contratação;

5.1.5. Dando continuidade aos trabalhos, o agente de contratação procederá à abertura dos envelopes contendo as Propostas e as classificará em ordem alfabética, para que seus autores participem do sorteio;

5.1.6. A análise de todas as propostas apresentadas quanto à sua conformidade com as exigências do Edital, procedendo-se à desclassificação daquelas desconformes, de forma a definir aquelas que se encontram aptas para a fase competitiva. Na análise das propostas, o agente de contratação poderá utilizar-se da ajuda da comissão de contratação e de representantes do setor interessado na aquisição do bem, determinando, inclusive, a suspensão temporária da reunião, para analisar mais detalhadamente o conteúdo das propostas;

5.1.7. Serão desclassificadas as propostas que:

- a)** Não atenderem às exigências do presente Edital e seus Anexos;
- b)** Sejam omissas em pontos essenciais, de modo a ensejar dúvidas;
- c)** Apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento;
- d)** Se oponham a qualquer dispositivo legal vigente, bem como as que não atenderem aos requisitos do edital.



5.1.8. As demais propostas, serão classificadas provisoriamente em ordem alfabética;

5.1.9. Definida a classificação provisória, por item, será registrada na ata da sessão pública o resumo das ocorrências até então havidas, consignando-se o rol de empresas participantes, propostas eventualmente desclassificadas com a fundamentação para sua desclassificação e a ordem de classificação provisória, registrada através de planilha;

5.1.10. O agente de contratação iniciará a fase competitiva a qual consiste no sorteio público entre os licitantes que tiverem suas propostas classificadas.

5.1.11. Encerrada a etapa competitiva e ordenada a classificação, de acordo com o sorteio, o agente de contratação verificará a aceitabilidade da proposta;

5.1.12. Sendo aceitável a proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o atendimento das condições habilitatórias do vencedor, mediante abertura do respectivo envelope de documentação.

5.1.13. Constatando-se o atendimento pleno das exigências fixadas no edital, a licitante classificada e habilitada, será declarada vencedora do certame a proposta que for a primeira a ser sorteada dentre as classificadas, e ordenará a classificação das demais conforme forem sendo sorteadas, abrindo-se, neste momento, a oportunidade para manifestação da intenção de interpor recurso às licitantes, nos termos deste instrumento. Na ausência de recursos, após a declaração da vencedora, o agente de contratação lhe adjudicará o objeto do certame, encaminhando o processo, em seguida, à autoridade competente para homologação do procedimento a seu critério;

5.1.14. Estando a documentação de habilitação incompleta e/ou incorreta e/ou contrariando qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, o agente de contratação considerará a proponente inabilitada;

5.1.15. Sendo considerada inabilitada a proponente cuja proposta tenha sido classificada em primeiro lugar, o agente de contratação prosseguirá na abertura do envelope de documentação de habilitação da proponente classificada em segundo lugar e, assim sucessivamente, se for o caso, até a habilitação de uma empresa classificada;



5.1.16. Na hipótese de inabilitação de todos os licitantes que participaram da disputa verbal, poderá ser convocada nova sessão competitiva, com os classificados remanescentes;

5.1.17. Decididos os recursos eventualmente interpostos, observados os trâmites legais, será adjudicado o objeto da licitação à licitante vencedora e homologado o certame;

5.1.18. Da sessão pública deste certame lavrar-se-á ata circunstaciada, onde serão registrados todos os atos praticados, especialmente o registro das licitantes credenciadas, as propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, a análise da documentação exigida para habilitação, recursos interpostos, a qual, após lida, será assinada pelo agente de contratação, demais membros da Comissão de contratação e pelas licitantes presentes;

5.1.19. Caso haja necessidade de adiamento da sessão pública, será marcada nova data para continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, as licitantes presentes.

6 -DA HABILITAÇÃO

6.1. A habilitação da licitante vencedora será verificada mediante apresentação dos seguintes documentos constantes do envelope nº 02:

6.1.1. Registro comercial, no caso de empresa individual;

6.1.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social ou sua consolidação e a última alteração contratual, devidamente registradas na junta comercial e, em vigor e, no caso de sociedades por ações, estatuto social, ata do atual capital social acompanhado da ata de eleição de sua atual administração, registrados e publicados;

6.1.3. Decreto de autorização, no caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente;

6.1.4. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

6.1.5. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se



houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado; com data de emissão não superior a 06 (seis) meses, contados da data da abertura da presente licitação, salvo se contiverem prazo expresso no corpo das respectivas certidões;

6.1.6. Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional;

6.1.7. Certidão que prove a regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal da Jurisdição fiscal do estabelecimento da licitante;

6.1.8. Certidão que prove a regularidade relativa à Seguridade Social (INSS), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

6.1.9. Declaração, sob as penas da lei, que ateste o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal;

6.1.10. Certidão Negativa de Falência ou Concordata, expedida pelo distribuidor do foro da comarca da sede da empresa interessada, emitida a menos de 60 (sessenta) dias da data de abertura desta licitação;

6.1.11. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

6.1.12. Certidão Negativa no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria- Geral da União ([Certidões \(cgu.gov.br\)](http://Certidões.cgu.gov.br));

6.1.13. Os documentos necessários à habilitação que poderão ser apresentados em original, ou qualquer processo de cópia autenticada através de cartório competente, ou ainda por servidor da Prefeitura Municipal de Barra do Rio Azul/RS a vista dos originais;

6.1.14. O agente de contratação, por sua iniciativa, ou através de membro de sua comissão de contratação, poderá proceder a verificação da autenticidade de qualquer documento apresentado, através de consulta "ON LINE" a INTERNET, por ocasião da abertura do envelope "documentação" do licitante vencedor.



7 - DA IMPUGNAÇÃO

7.1. É facultado a qualquer interessado a apresentação de pedido de providências ou de impugnação ao ato convocatório do certame e seus anexos, observado, para tanto, o prazo de até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas, na forma do artigo 164 da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no quadro mural da prefeitura municipal ou em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

7.3. A impugnação feita tempestivamente pela licitante não a impedirá de participar deste certame.

7.4. O acolhimento do pedido de providências ou de impugnação exige, desde que implique em modificações do ato convocatório do certame, além das alterações decorrentes, divulgação pela mesma forma que se deu o texto original e designação de nova data para a realização do certame.

7.5. Não serão reconhecidas as impugnações interpostas por fax, e-mail e aqueles com os respectivos prazos legais vencidos.

8 - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

8.1. Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, a licitante que for o primeiro a ser sorteado será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame;

8.2. Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro proclamará a vencedora e, a seguir, proporcionará às licitantes a oportunidade para manifestarem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta dessa manifestação expressa, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recorrer por parte da licitante.

8.3. A adjudicação é ato de competência do agente de contratação, após transposta a fase recursal.

8.4. A homologação da licitação é ato de responsabilidade do Prefeito, feita após a



adjudicação.

9 - DOS RECURSOS

9.1. No final da sessão, a licitante que quiser recorrer deverá manifestar imediata e motivadamente a sua intenção, abrindo-se então o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação de memoriais, ficando as demais licitantes desde logo intimadas a apresentarem contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

9.2. A ausência de manifestação imediata e motivada da licitante importará decadência do recurso e, consequente, adjudicação do objeto do certame pelo agente e contratação à(s) licitante(s) vencedora(s) com encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.

9.3. Interposto o recurso, o agente de contratação poderá reconsiderar a sua decisão ou mantê-la, encaminhando o feito devidamente instruído à autoridade jurídica competente para análise do caso.

9.4. O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.5. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento.

9.6. Decididos os recursos eventualmente interpostos ou decorrido o prazo recursal sem sua interposição, ou havendo renúncia expressa a esse direito, o julgamento da licitação será submetido à autoridade superior para homologação do procedimento, adjudicação de seu objeto à licitante vencedora e decisão quanto à contratação, publicando-se o resultado do julgamento.

9.7. O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio daquela que praticou o ato recorrido.

9.8. As razões de recurso e as eventuais contrarrazões deverão ser protocolizadas,



no prazo supra, junto à Prefeitura Municipal de Barra do Rio Azul, no Setor de Protocolos, sediada na Rua das Rosas, 268, centro, Município de Barra do Rio Azul, RS, nos dias úteis, no horário de expediente da repartição. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, na Secretaria de Administração.

9.9. Não serão reconhecidos os recursos, ou impugnações, interpostos por fax ou e-mail e aqueles com os respectivos prazos legais vencidos.

9.10. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.11. O resultado final do certame será publicado no quadro mural e no site oficial do Município.

10 – DA ENTREGA/RECEBIMENTO DO OBJETO LICITADO

10.1. A cessão de uso terá início imediatamente após a assinatura do contrato.

10.2. O prazo para início poderá ser prorrogado mediante solicitação justificada do licitante vencedor e aceita pelo Município.

11 - DO CONTRATO

11.1. Homologada a licitação, a Secretaria Municipal de Administração convocará o licitante que tiver apresentado a proposta vencedora para, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, prorrogáveis, contados da convocação, assinar o contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções prevista na Lei Federal nº 14.133/2021 e disposições do edital.

11.2. Caso a empresa adjudicatária não assine o contrato no prazo e condições estabelecidas, o agente de contratação poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para nova negociação até chegar a um vencedor ou recomendar a renovação da licitação independentemente das cominações de que trata o artigo 90 e correlatos da Lei Federal nº 14.133/2021.



12 – DA RESPONSABILIDADE DA EMPRESA VENCEDORA

12.1. A empresa vencedora obriga-se cumprir as obrigações constantes deste edital, as relacionadas na minuta de contrato e sem prejuízo das decorrentes das normas, dos anexos e da natureza da atividade.

12.2. São obrigações da permissionária:

12.2.1. Deverá instalar o bar com o mínimo necessário para o bom funcionamento (mesas, cadeiras, balcões, geladeira, freezer, fogões, louças, etc.), devendo adquirir e instalar com recursos próprios (às suas expensas) sendo, portanto, de sua propriedade. Entretanto, os móveis/equipamentos a serem instalados deverão ser previamente aprovados pela municipalidade.

12.2.2. Deverá manter os preços das mercadorias a serem vendidas, de acordo com o preço de mercado, de acordo com a legislação em vigor.

12.2.3. Deverá conservar e manter a limpeza das instalações do Ginásio Municipal, como sendo o espaço da quadra de esportes, do bar e lancheria, nas áreas internas circundantes, bem como os banheiros, em perfeito estado, para servir ao uso a que se destina, por sua conta e expensas.

12.2.4. Deverá manter o funcionamento observando as posturas municipais incidentes, inclusive quanto à utilização de aparelhagem sonora.

12.2.5. Deverá manter a infraestrutura básica do Ginásio Municipal de Esportes, com a reposição, se necessário, de vidros, lâmpadas, instalações elétricas, instalações hidrossanitárias, torneiras, chaves de luz, dentre outras peças sujeitas a deterioração pelo uso.

12.2.6. Deverá cumprir as Ordens de Serviço expedidas pela Administração Municipal.

12.2.7. Deverá comunicar ao Setor Competente da Municipalidade qualquer anormalidade.

12.2.8. Deverá reservar para a Administração Municipal e Escola, quando o interesse público exigir, o uso gratuito da quadra e dependências, mediante aviso com



antecedência mínima de 01 (um) dia útil.

12.2.9. Deverá permitir o uso gratuito, pela rede pública de ensino oficial (escolas públicas municipais e estaduais) da quadra e dependências para a prática esportiva, como sendo, atividades esportivas e aulas de educação física, com caráter permanente e regular.

12.2.10. Deverá obedecer às normas inerentes à higiene e saúde pública na exploração dos serviços de bar e assemelhados.

12.2.11. Deverá manter funcionamento do Ginásio Municipal de acordo com o horário dos usuários, zelando pelo bom atendimento dos mesmos.

12.2.12. Não receberá nenhum tipo de remuneração ou contraprestação salarial.

12.2.13. Deverá observar o regulamento de uso do Ginásio Municipal de Esportes, emanado da Administração Municipal, assim como, o valor do preço público fixado à utilização da quadra a ser cobrado pelo Permissionário aos usuários.

12.2.14. Deverá manter afixado em local visível o valor do preço público para a utilização da quadra de esportes.

12.2.15. A Permissionária deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

12.2.16. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital, contrato e seus anexos;

12.2.17. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990);

12.2.18. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado o objeto, serviço ou congêneres com avarias ou defeitos;

12.2.19. Comunicar, imediatamente após tomarem conhecimento, ao Permitente os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

12.2.20. Manter, durante toda a execução do contrato, a compatibilidade com as



obrigações assumidas, bem como todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

12.2.21. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

12.2.22. Deverá manter à disposição do uso do bem de acordo com os termos do presente edital e do termo de cessão firmado com o Município, ficando, ainda, expressamente vedado ao permissionário a utilização do mesmo para fins diversos dos avençados.

12.2.23. O imóvel deverá permanecer aberto, acessível aos usuários, bem como nos finais de semana se necessário, onde a utilização será onerosa pelos usuários e os horários de funcionamento serão ajustados entre o permissionário e os usuários, cabendo ao município definir o valor da hora.

12.2.24. Caberá ao permissionário o pagamento das despesas com abastecimento de água.

12.3. Para a realização de benfeitorias no imóvel ora concedido, o **PERMISSIONÁRIO** deverá obter prévia licença do **PERMITENTE**, e, uma vez erigidas, incorporar-se-ão ao patrimônio deste, sem qualquer direito à indenização, a não ser quando se tratarem de benfeitorias necessárias e úteis, comprovada a persistência da boa-fé, até o limite remuneratório do que foi avaliado e autorizado pela Administração Municipal.

13 - DA RESPONSABILIDADE DO MUNICÍPIO

13.1. O Município obriga-se a cumprir as obrigações relacionadas na minuta de contrato e sem prejuízo das decorrentes das normas, dos anexos e da natureza da atividade.

13.2. Caberá ao Município custear as despesas necessárias a reformas, ampliações, modificações, manutenção e assemelhados do bem com vistas a melhorá-lo e mantê-lo em condições para os fins a que se destina e o fornecimento de energia elétrica.

13.3. Caberá ao Município definir o preço dos horários a ser pago pelos usuários pela utilização do Ginásio, observando que esses preços sejam compatíveis com a realidade



local, diferenciando os diversos tipos de uso.

13.4. O Município permitente, de modo gratuito, diretamente ou por terceiro por ele indicado, poderá utilizar o referido imóvel, em tantas oportunidades quantas se fizer necessário, nos horários que definir, para a realização de atividades culturais, educativas, recreativas, esportivas, sociais e afins, comunicando o permissionário com uma antecedência mínima de 24 horas.

13.5. As escolas locais, para a realização de atividades com os alunos e próprias do educandário, poderão utilizar, gratuitamente, o local, devendo agendar previamente os horários com o permissionário.

14 - DAS PENALIDADES

14.1. Sem prejuízo da cobrança de perdas e danos, o Município poderá aplicar ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

- I** - advertência;
- II** - multa;
- III** - impedimento de licitar e contratar;
- IV** - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

14.1.1. Na aplicação das sanções serão considerados:

- I** - a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II** - as peculiaridades do caso concreto;
- III** - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV** - os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V** - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.1.2. A sanção prevista no inciso I do item 14.1 será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do *caput* do artigo 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

14.1.3. A sanção prevista no inciso II do item 14.1, será calculada na forma do edital



ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no artigo 155 da Lei Federal nº 14.133/2021.

14.1.4. A sanção prevista no inciso III do item 14.1 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do *caput* do artigo 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.1.5. A sanção prevista no inciso IV do item 14.1 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do *caput* do artigo 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do *caput* do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

14.1.6. A sanção prevista no inciso IV do item 14.1 será precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva de secretário municipal;

14.1.7. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do edital poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do item 14.1.

14.1.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração a Permissionária, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

14.1.9. A aplicação das sanções previstas no item 14.1.1 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

14.2. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do item 14.1.1, será facultada a



defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.3. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do item 14.1.1 requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou a permissionária para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

15 - FISCALIZAÇÃO

15.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

15.2. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no artigo 7º da Lei Federal nº 14.133/2021, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.

15.3. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

15.4. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

15.5. O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

15.6. A permissionária será obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se



verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nele empregados.

15.7. A permissionária será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Permitente.

16 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Ao agente de contratação ou à Autoridade Superior é facultado, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

OBS: Autoridade superior é o Prefeito.

16.2. A simples participação na licitação implicará no conhecimento e aceitação tácita das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

16.3. Serão desclassificadas as propostas elaboradas em desacordo com os termos deste Edital.

16.4. As normas que disciplinam este certame serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as interessadas, sem comprometimento da segurança do futuro contrato.

16.5. Fica assegurado ao Município o direito de, no interesse da Administração, anular ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, dando ciência aos participantes, na forma da legislação vigente.

16.6. Até a entrega do bem licitado poderá a licitante vencedora ser excluída da licitação, sem direito a indenização ou ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções cabíveis, se o Município tiver conhecimento de qualquer fato ou circunstância superveniente, anterior ou posterior ao julgamento desta licitação, que desabone sua idoneidade ou capacidade financeira, técnica ou administrativa.

16.7. As decisões do agente de contratação serão comunicadas mediante



publicação no mural oficial da Prefeitura Municipal, salvo com referência àquelas que, lavradas em ata, puderem ser feitas diretamente aos representantes legais das licitantes presentes ao evento, ou, ainda, por intermédio de ofício, desde que comprovado o seu recebimento, principalmente, quanto ao resultado de:

- a)** julgamento deste certame;
- b)** recurso porventura interposto;

16.8. Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração e/ou apresentação de quaisquer documentos relativos a esta licitação.

16.9. Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

16.10. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do agente de contratação em contrário.

16.11. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Prefeitura Municipal.

16.12. Poderão participar desta Licitação as empresas (pessoas jurídicas) legalmente constituídas e estabelecidas anteriormente à data de abertura do presente certame, com objeto social pertinente e compatível com o certame, e que atenderem às exigências deste edital e seus Anexos.

16.13. A Permissionária deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

16.13.1. Efetuar a execução do objeto conforme especificações constantes deste edital e anexos.

16.13.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº



8.078/1990);

16.13.3. Comunicar, imediatamente após tomarem conhecimento, ao Município Permitente os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

16.13.4. Manter, durante toda a execução do contrato, a compatibilidade com as obrigações assumidas, bem como todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

16.13.5. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

16.14. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes na Lei Federal nº 14.133/2021 e decretos regulamentadores locais.

16.15. As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, poderão ser processadas e julgadas no Foro da Comarca de Erechim, RS, com exclusão de qualquer outro.

16.16. Só terá direito a usar a palavra, rubricar as propostas, apresentar reclamações ou recursos, assinar atas e contratos, os licitantes ou seus representantes credenciados, o Agente de Contratação e os membros da Comissão de Contratação.

16.17. Na eventualidade de ser apresentado algum documento em língua estrangeira, deverá estar acompanhado da respectiva tradução para o idioma pátrio, feita por tradutor público juramentado.

16.18. Maiores informações serão prestadas aos interessados, no horário de expediente, na Prefeitura Municipal de Barra do Rio Azul, sítio à Rua Das Rosas, 268, Centro, ou pelo telefone (54) 98423-1430 ou ainda através do e-mail licitacao@barradorioazul.rs.gov.br.

Barra do Rio Azul, RS, 30 de Janeiro de 2026.

ANDERSON FERNANDO BAGATINI
Prefeito Municipal



MINUTA DE CONTRATO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 013/2026
CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 001/2026

TERMO DE CESSÃO DE USO 01/2026 DE BEM PÚBLICO – GINÁSIO MUNICIPAL HEITOR JUDAS TADEU DETONI

CONTRATO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO
DE BARRA DO RIO AZUL E
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, PARA EXPLORAÇÃO
DO GINÁSIO MUNICIPAL HEITOR JUDAS TADEU
DETONI.

PERMITENTE: MUNICÍPIO DE BARRA DO RIO AZUL, pessoa jurídica de Direito Público Interno, com seu prédio administrativo sito à Rua das Rosas, 268, com inscrição no CNPJ MF nº. 93.539.153/0001-92, neste ato representado por seu Prefeito **ANDERSON FERNANDO BAGATINI**;

PERMISSIONÁRIO: XXXXXXXXXXXXXXX, brasileiro (a), portador (a) da Cédula de Identidade nº XXXXXXXXXX da SJS/RS e CPF nº XXXXXXXXXX, residente e domiciliado na XXXXXXXXX, nº XXX, Bairro XXXXXX, na cidade de XXXXXX /XX, acertam conforme cláusulas abaixo e de acordo com o Edital de Concorrência Presencial nº 001/2026, o que segue:

OBJETO: Cessão para a exploração do bem público, denominado de Ginásio Municipal de Esporte Heitor Judas Tadeu Detoni, consistente na quadra de esportes e acessórios, serviços de bar e assemelhados.

CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente termo regula-se pela Lei Federal nº 14.133/21, por suas cláusulas, pelo edital do qual decorre e se vincula e pelos preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito de direito privado.

CLÁUSULA SEGUNDA: As partes firmam o presente em face da Concorrência Presencial nº 001/2026, Processo Licitatório 013/2026 aplicando-se as disposições



constantes do edital do certame como se aqui estivessem transcritas.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente termo vigorará pelo prazo de 12 meses, contados da assinatura, podendo ser prorrogado.

CLÁUSULA QUARTA: O permissionário, pela utilização do bem público objeto da permissão, não receberá e nem contraprestará ao Município, qualquer valor financeiro.

CLÁUSULA QUINTA: Ao permissionário caberá:

a) instalar o bar com o mínimo necessário para o bom funcionamento (mesas, cadeiras, balcões, geladeira, freezer, fogões, louças, etc.), devendo adquirir e instalar com recursos próprios (às suas expensas) sendo, portanto, de sua propriedade. Entretanto, os móveis/equipamentos a serem instalados deverão ser previamente aprovados pela municipalidade;

b) manter os preços das mercadorias a serem vendidas, de acordo com o preço de mercado, de acordo com a legislação em vigor;

c) conservar e manter a limpeza das instalações do Ginásio Municipal, como sendo o espaço da quadra de esportes, do bar e lancheria, nas áreas internas circundantes, bem como os banheiros, em perfeito estado, para servir ao uso a que se destina, por sua conta e expensas;

d) manter o funcionamento observando as posturas municipais incidentes, inclusive quanto à utilização de aparelhagem sonora;

e) manter a infraestrutura básica do Ginásio Municipal de Esportes, com a reposição, se necessário, de vidros, lâmpadas, instalações elétricas, instalações hidrossanitárias, torneiras, chaves de luz, dentre outras peças sujeitas a deterioração pelo uso;

f) cumprir as Ordens de Serviço expedidas pela Administração Municipal;

g) comunicar ao Setor Competente da Municipalidade qualquer anormalidade;

h) reservar para a Administração Municipal e Escola, quando o interesse público exigir, o uso gratuito da quadra e dependências, mediante aviso com antecedência mínima de 01 (um) dia útil;

i) permitir o uso gratuito, pela rede pública de ensino oficial (escolas públicas municipais e estaduais) da quadra e dependências para a prática esportiva, como sendo, atividades esportivas e aulas de educação física, com caráter permanente e regular;

j) obedecer às normas inerentes à higiene e saúde pública na exploração dos serviços de bar e assemelhados;

k) manter funcionamento do Ginásio Municipal de acordo com o horário dos usuários, zelando pelo bom atendimento dos mesmos;



CLAUSULA SEXTA: O permissionário não receberá nenhum tipo de remuneração ou contraprestação salarial do Município e deverá ainda:

- a) observar o regulamento de uso do Ginásio Municipal de Esportes, emanado da Administração Municipal, assim como, o valor do preço público fixado à utilização da quadra a ser cobrado pelo permissionário aos usuários;
- b) manter afixado em local visível o valor do preço público para a utilização da quadra de esportes;
- c) cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- d) efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital, contrato e seus anexos;
- e) responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990);
- f) substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado o objeto, serviço ou congêneres com avarias ou defeitos;
- g) comunicar, imediatamente após tomarem conhecimento, ao Permitente os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- h) manter, durante toda a execução do contrato, a compatibilidade com as obrigações assumidas, bem como todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- i) indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;
- j) deverá manter à disposição do uso do bem de acordo com os termos do presente edital e do termo de cessão firmado com o Município, ficando, ainda, expressamente vedado ao permissionário a utilização do mesmo para fins diversos dos avençados;
- k) o imóvel deverá permanecer aberto, acessível aos usuários, bem como nos finais de semana se necessário, onde a utilização será onerosa pelos usuários e os horários de funcionamento serão ajustados entre o permissionário e os usuários, cabendo ao município definir o valor da hora;
- l) caberá ao permissionário o pagamento das despesas com abastecimento de água;
- m) para a realização de benfeitorias no imóvel ora concedido, o **PERMISSIONÁRIO** deverá obter prévia licença do **PERMITENTE**, e, uma vez erigidas, incorporar-se-ão ao patrimônio deste, sem qualquer direito à indenização, a não ser quando se tratarem de benfeitorias necessárias e úteis, comprovada a persistência da boa-fé, até o limite remuneratório do que foi avaliado e autorizado pela Administração Municipal.



CLAUSULA SÉTIMA: O Município Permitente não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Permissionária com terceiros, ainda que vinculados à execução do Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Permissionária, de seus empregados, prepostos ou subordinados, cabendo as seguintes obrigações:

- a) cumprir as obrigações relacionadas na minuta de contrato e sem prejuízo das decorrentes das normas, dos anexos e da natureza da atividade;
- b) custear as despesas necessárias a reformas, ampliações, modificações, manutenção e assemelhados do bem com vistas a melhorá-lo e mantê-lo em condições para os fins a que se destina e o fornecimento de energia elétrica;
- c) definir o preço dos horários a ser pago pelos usuários pela utilização do Ginásio, observando que esses preços sejam compatíveis com a realidade local, diferenciando os diversos tipos de uso;
- d) utilizar o referido imóvel, de modo gratuito, diretamente ou por terceiro por ele indicado, em tantas oportunidades quantas se fizer necessário, nos horários que definir, para a realização de atividades culturais, educativas, recreativas, esportivas, sociais e afins, comunicando o permissionário com uma antecedência mínima de 24 horas;
- e) as escolas locais, para a realização de atividades com os alunos e próprias do educandário, poderão utilizar, gratuitamente, o local, devendo agendar previamente os horários com o permissionário;

CLÁUSULA OITAVA: O Município e a rede pública de ensino poderão utilizar, gratuitamente o local sempre que dele necessitar para realizar atividades de interesse público e/ou coletivo.

CLÁUSULA NONA: O presente termo poderá ser rescindido por acordo entre as partes ou, a qualquer tempo, mediante comunicação prévia e expressa com, no mínimo, 30 dias de antecedência, ou ainda, imediatamente no caso de infração a qualquer cláusula contratual ou legal, bem como àquelas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA: Fica eleito e convencionado o Juízo Comum da Comarca de Erechim, Rio Grande do Sul, para dirimir qualquer controvérsia que resultar da execução do presente termo, com a exclusão de qualquer outro.

E por estarem assim justos e acertados, lavrou-se o presente termo em 3 (três) vias de igual teor e forma.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE BARRA DO RIO AZUL
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL



Barra do Rio Azul, RS, xx de xxxxx de 2026.

ANDERSON FERNANDO BAGATINI

Prefeito Municipal

PERMITENTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

PERMISSIONÁRIO

Registra-se.